

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº 14/2025
Pregão Eletrônico nº 02/2025 - SRP
CONTRATO Nº 25/2025-CMB

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
25/2025 QUE FAZEMENTRE SI A
CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS -
MA, E A EMPRESA A.G. FIALHO
LIMITADA**

A CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS - MA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 06.777.130/0001-11, com sede na Rua José Coelho Noleto, nº 2008, Bairro Potosi, Balsas-MA, neste ato representada por seu Presidente, o Sr. Paulo Eduardo Coelho Júnior, brasileiro, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº 67800996-1 SSP/MA e do CPF nº 657.477.553-15 doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro, a empresa **A.G. FIALHO LIMITADA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.928.304/0001-25, com sede na Rua Paulo Macalao, 111, São Jose, através do seu representante legal, o Sr. Adailton Guimaraes Fialho, CPF sob nº 232.045.833-68, conforme atos constitutivos da empresa, doravante denominada **CONTRATADA** tendo em vista o que consta no Processo nº 14/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 02/2025, Ata de Registro de Preços nº 04/2025 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículo com motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro total e demais encargos necessários para a execução do serviço, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Balsas-MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

Item	Descrição	Disponibilidade de veículos	Quantidade	Unidade	V. Unitário Mês	V. Total
3	Locação de veículo utilitário, cabine dupla, com motorista com as seguintes especificações mínimas:	01	12	Meses	R\$ 12.650,00	R\$ 151.800,00



	<p>1. Especificações Técnicas do Veículo</p> <p>1. Tipo: Veículo utilitário, cabine dupla, com capacidade para até 5 ocupantes (incluindo motorista).</p> <p>2. Motorização: Mínima de 1.3L, 4 cilindros, bicompostível (flex).</p> <p>3. Tração: 4x2 (dianteira).</p> <p>4. Transmissão: Manual, com no mínimo 5 marchas.</p> <p>5. Capacidade de carga útil: Mínima de 650 kg.</p> <p>6. Caçamba:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comprimento interno: Mínimo de 1,1 metro; • Largura interna: Mínimo de 1,0 metro. <p>7. Equipamentos obrigatórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de ar-condicionado; • Direção assistida (hidráulica ou elétrica); • Vidros e travas elétricas; • Sistema multimídia com conectividade Bluetooth e entrada USB; • Sensor de estacionamento traseiro; <p>8. Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Airbags frontais (mínimo 2); 					
--	---	--	--	--	--	--



	<ul style="list-style-type: none"> • Freios ABS com distribuição eletrônica de frenagem (EBD); • Controle de estabilidade e tração; • Assistente de partida em rampa (HAC). <p>9. Ano de fabricação: Mínimo do ano de 2023 (gasolina e etanol).</p> <p>10. Cor: A ser definida pela contratante.</p> <p>11. Condição: Veículo em perfeito estado de conservação e funcionamento, com todas as revisões preventivas realizadas e documentação regularizada.</p> <p>2. Especificações dos Serviços</p> <ul style="list-style-type: none"> • Motorista: <p>Profissional habilitado com categoria mínima "B", capacitado para operar o veículo e com experiência comprovada de no mínimo 2 anos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Combustível: Fornecimento de responsabilidade da Contratante; 				
--	--	--	--	--	--





	<ul style="list-style-type: none">• Manutenção: A contratada será responsável por todas as manutenções preventivas e corretivas do veículo, incluindo fornecimento de peças e mão de obra. <p>Outros Requisitos</p> <ul style="list-style-type: none">• Licenciamento e seguro: O veículo deverá estar devidamente licenciado e segurado, com cobertura contra danos materiais, pessoais e a terceiros;• Substituição: Caso o veículo apresente defeito ou impossibilidade de uso, a contratada deverá substituí-lo por outro de mesmas características no prazo máximo de 24 (vinte quatro)• Disponibilidade: O veículo deverá estar disponível por 24 (vinte quatro) 07 dias por semana.• Fiscalização: A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato que verificará o cumprimento das condições contratadas.				
--	---	--	--	--	--

HM *Getúlio* *RL*

	AMPLA CONCORRÊNCIA					
--	--------------------	--	--	--	--	--

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do contratado;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) **meses**, contados da sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, com base no art. 106 da lei 14.133/2021.

2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1.1 Os serviços serão prestados sob demanda da Câmara Municipal de Balsas

3.2 DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1 Os serviços serão executados em conformidade com este termo, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto, além as despesas com motorista e manutenção dos veículos.

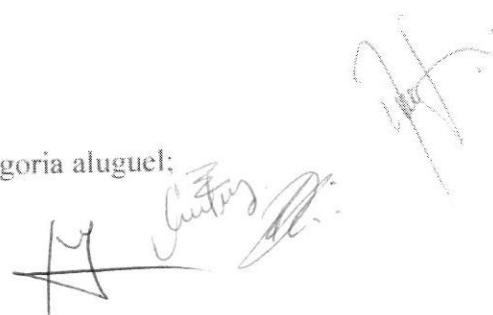
3.2.2 A prestação de serviço a contratante, envolve veículo adequado, em perfeito estado de funcionamento, conservação e higiene e mão de obra capacitada para sua perfeita execução.

3.2.3 A Contratada somente poderá iniciar os serviços, quando autorizados por escrito pelo Contratante.

3.2.4 O veículo deverá estar disponível para a Câmara Municipal durante 24 (vinte quatro) e 07 dias por semana.

3.3 DOS VEÍCULOS

3.3.1 registro como veículo de passageiros, classificado na categoria aluguel;



- 3.3.2 inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- 3.3.3 adesivo ou pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 (quarenta) centímetros de largura à meia altura, nas partes laterais e traseira da carroceria, com a inscrição "A SERVIÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS", padrão Helvética em Bold (negrito), em preto, com altura de vinte a trinta centímetros, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas, sendo admitida a utilização de faixa adesiva em substituição à pintura, desde que atendidas todas as demais especificações, vedada a utilização de faixa imantada, magnética ou a utilização de qualquer outro dispositivo que possa retirá-la, de forma temporária ou definitiva;
- 3.3.4 equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo);
- 3.3.5 lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
- 3.3.6 cintos de segurança em perfeito estado uso;

3.4 DOS CONDUTORES

- 3.4.1 O veículo somente será conduzido por funcionário da CONTRATADA, devidamente uniformizado e com a Carteira Nacional de Habilitação-CNH atualizada e de categoria compatível.
- 3.4.2 Em cumprimento ao artigo 2º, da Portaria nº 1.117/2015-DETRAN/MA, o condutor deverá:
- a)** ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
 - b)** estar habilitado, com a carteira compatível com o veículo
 - c)** comprovar aprovação em curso especializado, nos termos da normatização determinada pelo Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN, registrado no Sistema do Registro Nacional de Carteira de Habilitação-RENACH;
 - d)** não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
 - e)** apresentar, a cada período de 5 (cinco) anos, certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, conforme exigência prevista no artigo 329, do Código de Trânsito Brasileiro-CTB.

3.4.3 Caso a CONTRATADA precise substituir o Condutor deverá comunicar à **Câmara Municipal** o com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), apresentando cópias da documentação que comprove o cumprimento dos requisitos exigidos no artigo 2º, da Portaria nº 1.117/2015-DETRAN/MA.

3.4.4 A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a Notificação, qualquer condutor e/ou empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços.



3.4.5 O condutor deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.

3.4.6 O condutor deverá:

3.4.7 Trajar-se adequadamente;

3.4.8 Orientar o embarque e desembarque dos usuários.

3.5 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS

3.5.1 A CONTRATADA é responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, inclusive substituição de peças, pneus, acessórios, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freios, correias, lâmpadas, etc., sem ônus para o CONTRATANTE.

3.5.2 Caso o veículo apresente defeitos ou avarias durante o período da prestação de serviços, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento do chamado técnico, a substituição por outro veículo de características igual ou superior, até sua pronta reparação:

3.5.3 A substituição e as despesas do veículo defeituoso/avariado/sinistrado, bem como sua remoção, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.5.4 A CONTRATADA ficará obrigada, a substituir veículo defeituoso/avariado/sinistrado fora do horário de expediente normal e nos dias não úteis, mantendo para isso, empregado credenciado, com telefone e endereço previamente informado à CONTRATANTE.

3.5.5 O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que a CONTRATADA formalize o pedido por escrito e fundamentado em motivos de caso fortuito, sujeições imprevistas e/ou de força maior, observado a legislação vigente

3.6 DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

3.6.1 O motorista autorizado para dirigir o veículo será responsabilizado por quaisquer infrações de trânsito cometidas sob sua condução, ficando a CONTRATADA responsável pelo pagamento de multas e pela identificação do infrator para fins das penalidades legais, conforme legislação em vigor.

3.7 DA SUPERVISÃO

3.7.1 A Contratada deverá indicar 01 (um) preposto que será o responsável por todas as ações administrativas e operacionais da frota, tais como, orientação e supervisão dos condutores e monitores, escala de condutores para atendimentos das requisições de serviços, controle de manutenção e limpeza dos veículos, controle de frequência dos condutores, emissão de relatórios gerenciais etc.

3.8 DA VISTORIA DOS VEÍCULOS



3.8.1 A CONTRATADA deverá iniciar os serviços no prazo máximo de até **5 (cinco) dias úteis**, após a **assinatura do Contrato Administrativo**, mediante apresentação do veículo para a VISTORIA INICIAL, a ser realizada pela **Comissão de Fiscalização** designada pela Câmara Municipal de Balsas

3.8.2 A **Comissão de Fiscalização** verificará se o veículo apresentado atende a todas as especificações estabelecidas neste instrumento, emitindo Laudo de Vistoria que indicará as condições de uso dos veículos.

3.8.3 Caberá à **Comissão de Fiscalização** proceder a VISTORIAS SEMESTRAIS, ou quando couber a necessidade.

3.8.4 Na hipótese de veículo defeituoso/avariado/sinistrado, eventual denúncia ou à critério da Administração, a **Comissão de Fiscalização** poderá proceder a VISTORIAS EXTRAORDINÁRIAS.

3.8.5 Caso o veículo seja reprovado em Laudo de Vistoria, a CONTRATADA deverá substituí-lo no prazo de até 24 (vinte quatro) horas após o recebimento da Notificação.

3.9 DA SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS

3.9.1 A CONTRATADA deverá substituir, às suas expensas, o veículo:

a) reprovado em VISTORIA, quando disponibilizado em desacordo com as especificações contidas neste instrumento e em sua Proposta de Preços;

3.9.2 que apresente defeitos ou avarias durante o período da prestação dos serviços, até a manutenção corretiva do veículo defeituoso/avariado/sinistrado.

3.9.3 O veículo deverá ser substituído pela CONTRATADA no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento da Notificação.

3.9.4 Caso a substituição dos veículos não ocorra no prazo determinado na Notificação será considerada inexecução contratual e a CONTRATADA estará sujeita à aplicação das sanções previstas neste instrumento, inclusive multa de mora.

3.9.5 A CONTRATADA deverá garantir a substituição por outro veículo com características iguais ou superiores ao veículo.

3.9.6 A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos decorrentes da substituição, inclusive as despesas de remoção e devolução, quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

4.1 Os serviços serão prestados provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e



na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3 O fornecimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências no fornecimento do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.6 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

4.7 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

4.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.9 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

4.10 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

4.11 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

4.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

4.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



Liquidação

4.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.15.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.16 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

4.16.1 o prazo de validade;

4.16.2 a data da emissão;

4.16.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

4.16.4 o período respectivo de execução do contrato;

4.16.5 o valor a pagar; e

4.16.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.16.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

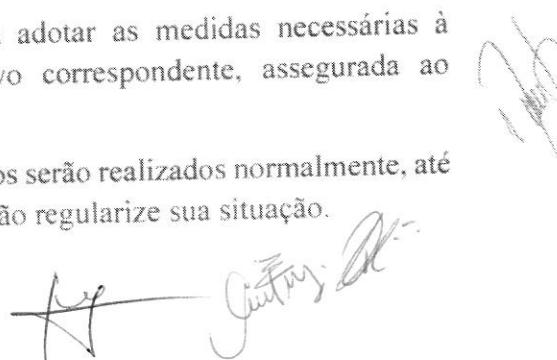
4.16.8 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

4.16.9 Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.16.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.16.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.16.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.



Prazo de pagamento

4.17 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

4.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

4.19 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.22 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.24 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da efetiva entrega dos produtos com aceitação, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada, assinada e datada por quem de direito, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

4.25 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.26 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



4.27 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobreposta até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.28 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.29 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

4.30 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.31 O contratado deverá manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação, devendo esta demonstrar por meio documentação:

- a) Certidão Negativa de débito, dívida ativa da União e Previdenciária;
- b) Certidão Regularidade do FGTS - CRF;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- e) Outros que sejam necessários para a realização do certame.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de **R\$ 151.800,00 (cento e cinquenta e mil e oitocentos reais)**

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES CONTRATUAIS

6.1. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões que a Contratante, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar, no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o disposto do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.





6.2. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

6.3. O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, desde que haja interesse da Administração, com apreciação das devidas justificativas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 prestar os serviços dentro dos parâmetros e percursos estabelecidos, com a disponibilização de mão de obra qualificada, observadas as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinente;

8.2 iniciar a execução dos serviços no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do Contrato Administrativo;

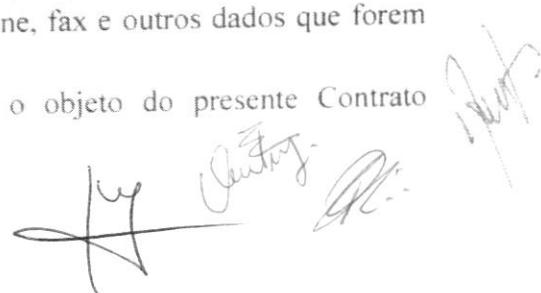
8.3 designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles, nomes dos responsáveis;

8.4 apresentar o veículo para VISTORIA INICIAL, que deverá ser realizada pela Comissão de Fiscalização;

8.5 apresentar cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo;

8.6 apresentar cópia autenticada da Apólice de Seguro Total, observadas todas as exigências estabelecidas neste instrumento;

- 8.7 apresentar cópias autenticadas dos documentos que comprovem que empregado selecionado para condutor, possui os requisitos solicitados
- 8.8 ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- 8.9 estar habilitado, com categoria compatível
- 8.10 comprovar aprovação em curso especializado, nos termos da normatização determinada pelo Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN, registrado no Sistema do Registro Nacional de Carteira de Habilitação-RENACH;
- 8.11 não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- 8.12 apresentar, a cada período de 5 (cinco) anos, certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, conforme exigência prevista no artigo 329, do Código de Trânsito Brasileiro-CTB;
- 8.13 comunicar à Comissão de Fiscalização com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), eventual necessidade de substituição do Condutor, apresentando cópias da documentação que comprove o cumprimento dos requisitos exigidos no artigo 2º, da Portaria nº 1.117/2015- DETRAN/MA;
- 8.14 substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a Notificação, qualquer condutor e/ou empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços.
- 8.15 Disponibilizar Central de Atendimento 24 Horas, todos os dias da semana, podendo ser acionada mediante chamado técnico da Comissão de Fiscalização através de fac-símile, e-mail ou telefone;
- 8.16 responsabilizar-se pelos custos com manutenção, motorista e demais despesas dos veículos, exceto combustível, sem ônus para a Administração;
- 8.17 responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, inclusive substituição de peças, pneus, acessórios e lubrificantes, sem ônus para a Contratante;
- 8.18 manter os veículos em condições de higiene e limpeza para transporte de passageiros;
- 8.19 responsabilizar-se por quaisquer infrações de trânsito cometidas, ficando a CONTRATADA responsável pelo pagamento de multas e pela identificação do infrator para fins das penalidades legais, conforme legislação em vigor;
- 8.20 apresentar o veículo para as VISTORIAS SEMESTRAIS e eventuais VISTORIAS EXTRAORDINÁRIAS, conforme determinado pela Comissão de Fiscalização;
- 8.21 substituir, às suas expensas, o veículo reprovado em VISTORIA, quando disponibilizado em desacordo com as especificações contidas neste instrumento e na Proposta de Preços ou o veículo que apresente defeitos ou avarias durante o período da prestação dos serviços, até a manutenção corretiva do veículo defeituoso/avariado/sinistrado, observado o prazo de até 02 (duas) horas, contados a partir do recebimento da Notificação;
- 8.22 comunicar imediatamente à Comissão de Fiscalização qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
- 8.23 não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato Administrativo;



- 8.24 responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 8.25 sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;
- 8.26 relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços solicitados;
- 8.27 responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução dos serviços, como única e exclusiva empregadora;
- 8.28 assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATADA;
- 8.29 responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
- 8.30 manter, ainda, seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho;
- 8.31 designar responsável para representar a CONTRATADA junto ao CONTRATANTE.
- 8.32 cumprir as regras de segurança e medicina do trabalho resultante da execução do objeto, sem transferência de qualquer ônus à CONTRATANTE;
- 8.33 providenciar toda a documentação solicitada para fins de instrução do processo de pagamento, devidamente atualizados.
- 8.34 responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, sob as penas da lei, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Comissão de Fiscalização;
- 8.35 manter, durante a vigência do Contrato Administrativo, enquanto condição para futuras e eventuais contratações, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

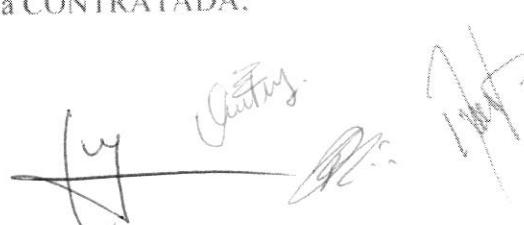
CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Câmara Municipal de Balsas-MA, pessoa jurídica de direito público interno, por obriga-se a:

9.1 emitir Nota de Empenho;

9.2 acompanhar e fiscalizar a execução do **Contrato Administrativo** por intermédio da **Comissão de Fiscalização**, que deverá verificar se os serviços estão sendo prestados em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento e na Proposta de Preços da CONTRATADA;

9.3 atestar os documentos fiscais pertinentes;



- 9.4 notificar a CONTRATADA para eventual substituição de veículo reprovado em VISTORIA, quando disponibilizado em desacordo com as especificações contidas neste instrumento e na Proposta de Preços ou que apresente defeitos ou avarias durante o período da prestação dos serviços, até a manutenção corretiva do veículo defeituoso/avariado/sinistrado, observado o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento da Notificação;
- 9.5 realizar a VISTORIA INICIAL, as VISTORIAS SEMESTRAIS e eventuais VISTORIAS EXTRAORDINÁRIAS, por intermédio da **Comissão de Fiscalização**;
- 9.6 efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- 9.7 comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com à prestação dos serviços;
- 9.10 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 9.11 propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- 9.12 fiscalizar para que, durante a validade do **Contrato Administrativo**, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10 CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 11.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 11.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 11.1.3 der causa à inexecução total do contrato;
 - 11.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 11.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 11.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 11.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



11.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3 Multa:

11.3.1 moratória de **0,33% (trinta e três centésimos por cento)** ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;

11.3.2 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

11.3.3 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021

11.3.4 compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto

11.3.5 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.6 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art.156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.7 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.3.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021);

11.3.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

11.3.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção senão restringir sua capacidade de concluir o contrato.



12.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.8.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

12.8.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3 Indenizações e multas.

12.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.10 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

01.031.0011.2.004 – Manutenção das atividades Administrativas da Câmara

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica

Fonte De Recursos:500-Recursos não vinculados de impostos

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de



justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA-DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

16.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

16.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

16.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

16.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

16.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

16.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes.



caso necessário.

16.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

16.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

16.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstruem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

16.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

16.10.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

16.11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

16.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA -DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O gerenciamento do contrato ficará a cargo do servidor WENDEL DA SILVA MIRANDA, Matrícula nº 438

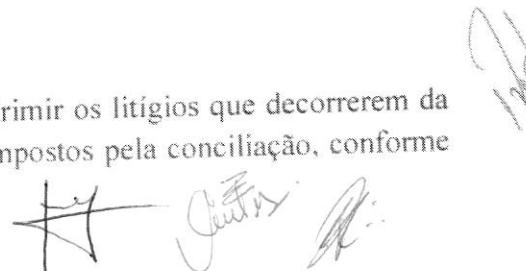
17.2. A fiscalização do contrato ficará a cargo do servidor DEUSVAL TRAJANO DE SOUZA, Matrícula nº 801

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do Município na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO (art. 92, §1º)

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Balsas - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme





art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Balsas- MA, 26 de maio de 2025


CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS/MA – CNPJ Nº 06.777.130/0001-11

Paulo Eduardo Coelho Júnior – CPF Nº 657.477.553-15

Presidente-Vereador

CONTRATANTE


A.G. FIALHO LIMITADA-CNPJ sob o nº 08.928.304/0001-25

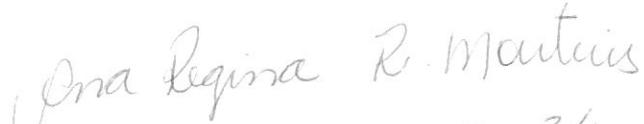
Adailton Guimaraes Fialho-CPF sob nº 232.045.833-68

Representante Legal

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- 
CPF: 401.758.205-68


Ina Regina R. Matus
CPF: 894.977.753-34

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2025 CMAAP/MA.

Processo Administrativo nº 011/2025. A **CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 01.625.059/0001-38, sediada na Av. João XXIII, S/N, Bairro Centro, Município de Alto Alegre do Pindaré/MA, CEP 65.398-000 e a empresa **PUBLIC AFFAIRS, GOVERNANCE AND INNOVATION - PAGI - LTDA** CNPJ 21.448.836/0001-23 - **OBJETO**: Contratação de instituição especializada para ministrar Curso In Company online intitulado “Revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno” para capacitação de vereadores e servidores do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA. - **VALOR** deste contrato: R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais).- **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 01 01 00 CAMARA MUNICIPAL; 01 Legislativa; 01 031 Ação Legislativa; 01 031 0010 PROCESSO LEGISLATIVO; 01 031 0010 2002 0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRAÇÃO; 018 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 1.500.00.0-001 001 - PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato - **BASE LEGAL**: art. 74, inciso III, “f” da Lei 14.133/2021 - **SIGNATÁRIOS**: **MANOEL DA CONCEIÇÃO ALVES** - Presidente da Câmara Municipal de Alto Alegre do Pindaré -MA, pela **CONTRATANTE** e **ÁTILA FEITOSA CASTELO BRANCO DANTAS** - representante da empresa **PUBLIC AFFAIRS, GOVERNANCE AND INNOVATION - PAGI - LTDA**, pela **CONTRATADA**. Alto Alegre do Pindaré - MA, 23 de maio de 2025. **AGLAENE DE ALMEIDA NOBRE**; OAB/MA nº 13.094; Assessora Jurídica

Publicado por: FERNANDO ARAÚJO LOPES

Código identificador: 55fdfae3ea2dcc6a773b4fd96e35a7d8

→ CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025. CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS/MA, CNPJ nº 06.777.130/0001-11. CONTRATADO A.G. FIALHO LIMITADA, inscrita no CNPJ: 08.928.304/0001-25 **OBJETO**: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículo com motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro total e demais encargos necessários para a execução do serviço, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Balsas-MA. AMPARO LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. TOTAL: R\$ 151.800,00 (cento e cinquenta e um mil e oitocentos reais). PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 01.031.0011.2.004 - Manutenção das atividades Administrativas da Câmara, 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Fonte De Recursos: 500- Recursos não vinculados de impostos . DATA DA ASSINATURA: 21/05/2025. **SIGNATÁRIOS**: Pela contratante: Paulo Eduardo Coelho Júnior - Presidente da Câmara - Pela contratada: Adailton Guimaraes Fialho.

Publicado por: DAVID ISMAEL COELHO NETTO

Código identificador: 741c60cabab318443665df2cc23c4025

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ

EXTRATO DO CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ - MA

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO.DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº

01/2025. EXTRATO DO CONTRATO: Contrato nº 04/D/01/2025. **PARTES**: CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ e LIDER CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. **ESPÉCIE**: Contrato de Prestação de Serviços. **OBJETO**: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria na elaboração e confecção de folha de pagamento, informações ao e-social, levantamento de encargos sociais, gestão de pessoal e remessas ao SINC Folha ao TCE, de interesse da Câmara Municipal de Cajapio, conforme especificações contidas na licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 01/2025. **BASE LEGAL** Lei 14.133/21. **VALOR**: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO**: Início: 15/01/2025; Término: 15/06/2025. **FONTE DE RECURSO**: TESOURO MUNICIPAL, Poder: 01 Poder Legislativo, Órgão: 01 Câmara Municipal, Unidade: 01.01.01 Câmara Municipal, Funcional Programática: 01.031.0001.2001.0000 0000 Manutenção das Atividades Administrativas e Legislativas do P. Legislativo, Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.. **SIGNATÁRIOS**: Sr. Edson Melo Pinto, pela Contratante e o Sr. Wellington de Jesus Pimenta, Contratado. **ARQUIVAMENTO**: Arquivado na Câmara Municipal de Cajapio - MA, 15 de janeiro de 2025. Dra. Carla Fernanda Coelho Silva.OAB/MA nº 27.624. Procuradora Legislativa

Publicado por: THAMILA DAS MERCES CARDOSO BARROS
Código identificador: 9032982e8002e0020c9dd7ea06aff5f1

EXTRATO DO CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ - MA

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO.DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2025. EXTRATO DO CONTRATO: Contrato nº 01/D/02/2025. **PARTES**: CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ e INTRALINKK TELECOMUNICAÇÕES LTDA. **ESPÉCIE**: Contrato de Prestação de Serviços. **OBJETO**: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Link de acesso à internet com conexão dedicada, de interesse da Câmara Municipal de Cajapio, conforme especificações contidas na licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 02/2025. **BASE LEGAL** Lei 14.133/21. **VALOR**: R\$ 1.296,00 (um mil duzentos e noventa e seis reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO**: Início: 15/01/2025; Término: 15/01/2026. **FONTE DE RECURSO**: TESOURO MUNICIPAL, Poder: 01 Poder Legislativo, Órgão: 01 Câmara Municipal, Unidade: 01.01.01 Câmara Municipal, Funcional Programática: 01.031.0001.2001.0000 Manutenção das Atividades Administrativas e Legislativas, Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. **SIGNATÁRIOS**: Sr. Edson Melo Pinto, pela Contratante e o Sr. MARLON HENRIQUE MENDES COSTA, Contratado. **ARQUIVAMENTO**: Arquivado na Câmara Municipal de Cajapio - MA, 15 de janeiro de 2025. Dra. Carla Fernanda Coelho Silva.OAB/MA nº 27.624. Procuradora Legislativa

Publicado por: THAMILA DAS MERCES CARDOSO BARROS
Código identificador: 7210f56112dd79be0013fc392ac21042

EXTRATO DO CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ - MA

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO.DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2025. EXTRATO DO CONTRATO: Contrato nº 07/D/03/2025. **PARTES**: CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ e 3M EDIFICAÇÕES EIRELI-ME. **ESPÉCIE**: Contrato de Prestação de Serviços. **OBJETO**: contratação de empresa para a prestação de serviço em caráter emergencial na cobertura (telhado e forro) e pintura da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO/ERRATA

AVISO DE RETIFICAÇÃO/ERRATA

Referência: Pregão Eletrônico nº 002/2025

Processo Administrativo nº 14/2025 - CMB

Na publicação do Diário Oficial da União dos Vereadores e Câmara Municipais do Estado do Maranhão (UVCM), edição nº 753/2025, página 02 do dia 26 de maio de 2025, referente a publicação do Extrato do Contrato nº 25/2025. ONDE SE LÊ: DATA DA ASSINATURA: 21/05/2025. LEIA-SE: DATA DA ASSINATURA: 26/05/2025.

Balsas/Ma, 05 de junho de 2025.

Paulo Eduardo Coelho Júnior
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por: DAVID ISMAEL COELHO NETTO
Código identificador: a0a4dad334c6d11555d0bda36cbf9265

CÂMARA MUNICIPAL DE NINA RODRIGUES

PORTARIA N° 26/2025 CMNR

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nina Rodrigues, Estado do MARANHÃO, WALFREDO CORREA FILHO, no uso de suas atribuições legais. Etc...

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR a Senhora, **QUEZIA RAQUEL SILVA MARTINS**, do Cargo **“Comissionado”** de **ASSESSOR PARLAMENTAR**, desta Casa Legislativa, RG N° 048577502013-0, CPF N° 614.583.383-12, Podendo assim ser considerada a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Nina Rodrigues MA, em 30 de Maio de 2025.

Publicado por: SILVIO DANIEL CHAVES MAGALHÃES
Código identificador: a839e322d00b4a0cd0e4427720cc9a5

PORTARIA N° 27/2025 CMNR

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nina Rodrigues, Estado do MARANHÃO, WALFREDO CORREA FILHO, no uso de suas atribuições legais. Etc...

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR o Senhor, **ARTUR DO LAGO COSTA VIANA**, para o Cargo **“Comissionado”** de **ASSESSOR PARLAMENTAR**, desta Casa Legislativa, RG N° 016480812001-4, CPF N° 010.410.053-26, Podendo assim ser considerada a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Nina Rodrigues MA, em 02 de junho de 2025.

Walfredo Correa Filho
Presidente da Câmara Municipal
288.397.573-68

ESTA PORTARIA FOI PUBLICADA NO ÁTRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NINA RODRIGUES EM: 04/06/2025

Publicado por: SILVIO DANIEL CHAVES MAGALHÃES
Código identificador: 364d4e1c26f7818ae84e16db5a5fd430

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO

ATA DA 12ª SESSAO ORDINARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO/OITAVA LEGISLATURA 2025/2028

ATA DAS SESSÕES ORDINARIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO/OITAVA LEGISLATURA 2025 / 2028

Aberta a (12ª) Decima Segunda Sessão Ordinária da 8ª Legislatura 2025/2028, aos doze (12) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, no plenário: MARIA JOSÉ DE SOUSA COÊLHO na Câmara Municipal de Vereadores de Nova Olinda do Maranhão, presente os vereadores: José Alberto Lopes Sousa-PRD; Jonatan Jorio Silva de Menezes-PP; Benedito Alves da Silva-MDB; Belimario de Albuquerque Cabral-PP; Antônia Maria Leite Campelo-PL; Raimundo de Sousa Macedo Andrade-PL; Lindoval de Brito Lopes-PL. Francisco das Chagas Carvalho Junior-PP; José Claudio Santos da Silva-PRD; Kassyo Murilo Silva Menezes-PL, ausência Verº Maria Rita dos Santos Cardoso-MDB, O senhor Presidente José Alberto Lopes Sousa invocando a proteção de deus declarou a todos a sessão aberta e convidou o primeiro secretário da mesa diretora para fazer a leitura da Ata da Sessão Anterior, feito a leitura da Ata, o presidente colocou em plenário para a votação e a Ata da Sessão Anterior foi aprovada e assinada por todos os vereadores presentes no plenário a favor. Logo após O presidente deu início a leitura da matéria da ordem do dia e anunciou os Requerimentos: Req. 005/2025QUE: requer do Poder Executivo que seja adquirido novas camas e poltronas reclináveis para pacientes e acompanhantes do hospital municipal de Nova Olinda do Maranhão, autoria do Ver. Benedito Alves da Silva-MDB. Feito a leitura da matéria da ordem do dia, o Presidente deu início ao pequeno expediente e franqueou a palavra aos vereadores e líderes de partidos por cinco (05) minutos na tribuna, encerrado o pequeno expediente o Presidente iniciou o grande expediente e franqueou a palavra aos vereadores por vinte (20) minutos na tribuna, os vereadores fizeram suas considerações em discursos no plenário: colocaram suas ideias e opiniões, encerrado os discursos os vereadores pediram sabedoria e a proteção de deus para conduzir os trabalhos no legislativo municipal. Encerrado o grande expediente o presidente deu início a matéria da ordem do dia e apresentou para a votação em plenário os Requerimentos. Req. 005/2025QUE: requer do Poder Executivo que seja adquirido novas camas e poltronas reclináveis para pacientes e acompanhantes do hospital municipal de Nova Olinda do Maranhão, autoria do Ver. Benedito Alves da Silva-MDB. Exposto para votação o requerimento do vereador foi votado, aprovado por todos os vereadores presentes no plenário a favor. Terminado o tempo destinado a ordem do dia, o Presidente agradeceu a presença de todos os vereadores e público presentes e convidou os vereadores para a próxima sessão e por não ter mais nada a tratar, declarou a sessão encerrada e mandou lavrar a presente

